

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 26 277/2005 (2.ª série). — Considerando que é tradicional a deslocação de muitas pessoas para fora dos seus locais de residência, no período natalício, tendo em vista a realização de reuniões familiares;

Considerando a prática que tem sido seguida ao longo dos anos;

Considerando ainda que, nomeadamente, as aulas do 2.º período escolar se iniciam imediatamente após o Ano Novo e que a sua regularidade merece especial consideração e protecção, induzindo tal requisito o normal funcionamento de todos os serviços;

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril:

Determino o seguinte:

1 — É concedida tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado, dos institutos públicos e dos serviços desconcentrados da administração central no próximo dia 26 de Dezembro de 2005.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os serviços e organismos que, por razões de interesse público, devam manter-se em funcionamento naquele período, em termos a definir pelo membro do Governo competente.

3 — Sem prejuízo da continuidade e qualidade do serviço a prestar, os dirigentes máximos dos serviços e organismos referidos no n.º 2 promoverão a equivalente dispensa do dever de assiduidade dos respectivos funcionários e agentes em dia ou dias a fixar oportunamente.

15 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 26 278/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal *Olga Margarida Godinho Ferreira*.

2 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 29 de Novembro de 2005.

30 de Novembro de 2005. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 26 279/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o meu Gabinete, em regime de requisição, a funcionária da Câmara Municipal de Sintra *Paula Alexandra da Costa Vilela*, tendo em vista a realização de estudos diversos no âmbito da sua formação e experiência profissional, nomeadamente em direito administrativo.

A presente nomeação é feita pelo período de um ano, correspondendo-lhe a remuneração equiparada à de adjunta de gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição, e demais direitos e regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes ministeriais.

A nomeada fica autorizada a exercer as actividades previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, sem prejuízo para a normal prestação da sua colaboração ao Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Novembro.

5 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

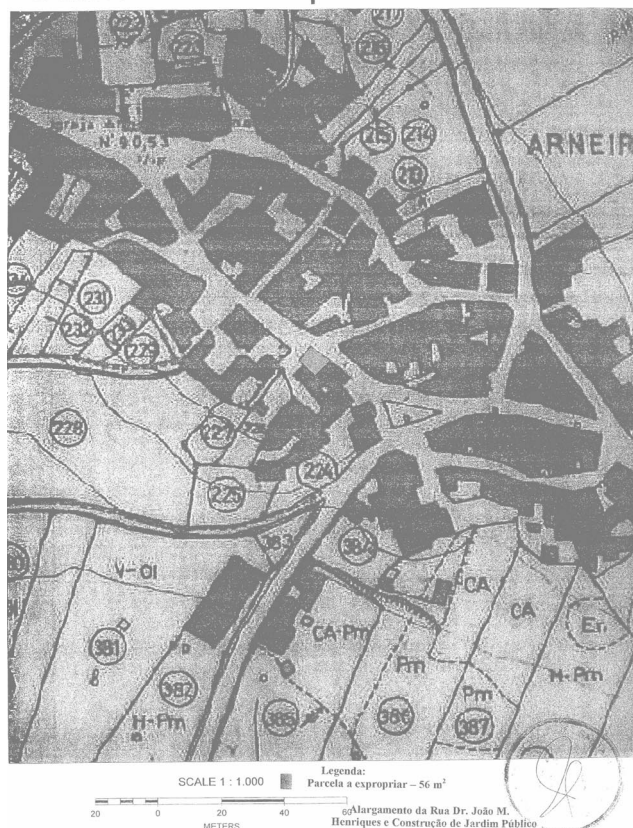
Declaração (extracto) n.º 263/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 8 de Novembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Santarém, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, da parcela de terreno a seguir referenciada e identificada na planta em anexo: parcela com a área de 56 m² correspondente ao prédio urbano sito no Arneiro das Milhariças, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santarém sob o n.º 804, da freguesia de Arneiro das Milhariças, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Arneiro das Milhariças sob o artigo 185, propriedade de *Cipriano Carvalho Botas*, casado com *Jesuína Vieira Martinho*.

A expropriação destina-se à execução da obra de alargamento da Rua do Dr. João M. Henriques e construção de jardim público.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 120/DSJ, de 27 de Outubro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.031.05, daquela Direcção-Geral.

22 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.

Câmara Municipal de Santarém



Gabinete do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

Despacho n.º 26 280/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27/2005, de 4 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego no meu chefe de gabinete, *Dr. Luís Pascoal*, os poderes que me estão legalmente conferidos, designadamente:

- Autorizar despesas de bens e serviços nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e da Lei n.º 2/2004, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2005, de 30 de Agosto, dentro dos limites consagrados;
- Despachar assuntos de gestão corrente do pessoal afecto ao Gabinete e aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) existentes em Lisboa e no Porto;
- Praticar todos os actos subsequentes à autorização de despesas, quando esta seja da competência do membro do Governo;
- Coordenar a elaboração das propostas do plano de actividades, orçamento anual, balanço social e relatório de actividades;
- Coordenar e assegurar a intervenção do Alto-Comissariado junto das instituições públicas presentes nos CNAI, no âmbito dos protocolos em vigor;
- Coordenar e assegurar o normal andamento da execução dos protocolos anuais firmados com os CNAI;
- Despachar os assuntos de gestão corrente no funcionamento da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação

Racial, designadamente na preparação, coordenação e organização das respectivas reuniões, bem como na operacionalização e articulação com as demais entidades públicas intervenientes nos processos previstos na Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, e na Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio;

- h) Representar-me, durante as minhas ausências e impedimentos, nas referidas reuniões da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

2 — Delego ainda a competência para a prática de actos correntes relativos às funções específicas do Gabinete ou de processos que nele tramitem e sobre os quais tenha havido orientação prévia, nomeadamente os que se refiram a decisões sobre requerimentos.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

14 de Outubro de 2005. — O Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, *Rui Marques*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 281/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para prestar colaboração no meu Gabinete o licenciado Ricardo Carrilho.

O nomeado auferirá uma remuneração equivalente à de adjunto de gabinete, incluindo despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e de refeição.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005.

29 de Novembro de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26 282/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio, para exercer funções de secretariado, a assistente administrativa especialista do quadro único do Ministério da Administração Interna Olga Maria Vieira da Costa e Castro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Outubro de 2005.

27 de Outubro de 2005. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Despacho n.º 26 283/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio, para exercer funções de secretariado, a assistente administrativa especialista do quadro único do Ministério da Administração Interna Teresa Maria Ramirez Nunes Garcia.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Outubro de 2005.

27 de Outubro de 2005. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 26 284/2005 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Viação e da presidente dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 10 de Outubro e de 7 de Novembro de 2005, respectivamente:

Manuel Nunes Lourenço, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco — transferido para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerado do seu anterior lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 26 285/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 30 de Setembro de 2005:

Cândida Maria Pedro Valente Chong, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação — con-

cedida licença sem vencimento de longa duração, com início em 1 de Outubro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Rectificação n.º 2066/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 4 de Novembro de 2005, o despacho n.º 22 759/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Guimar Faria da Costa, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde — transferência para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação» deve ler-se «Guimar Faria da Costa, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde — transferida para a categoria de técnica superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação».

15 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho n.º 26 286/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 20 368/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 26 de Setembro de 2005, subdelego na chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, licenciada Maria Leopoldina Soares Pereira, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Assinar termos de aceitação ou conferir posse de pessoal com funções não policiais, bem como de pessoal com funções policiais da carreira de chefe de polícia e de agente de polícia;

1.2 — Justificar ou injustificar faltas de pessoal com funções não policiais e de pessoal com funções policiais da carreira de chefe de polícia e de agente de polícia colocados na Direcção Nacional;

1.3 — Conceder licenças até 30 dias, com excepção da licença sem vencimento;

1.4 — Conceder autorizações de residência a mais de 50 km fora do distrito sede do comando do pessoal com funções policiais das carreiras de chefe e de agente;

1.5 — Autorizar as deslocações normais em território nacional de funcionários colocados na Direcção Nacional, excepto de pessoal dirigente;

1.8 — Praticar todos os actos de execução relativos à colocação e transferência de pessoal com funções policiais e com funções não policiais, em execução do planeamento definido e autorizado;

1.9 — Homologar listas de pedidos de transferência para comandos de preferência;

1.10 — Autorizar a anulação de pedidos de transferência;

1.11 — Promover a execução de acórdãos, das sentenças e dos despachos judiciais;

1.12 — Autorizar o processamento de ajudas de custo e prestações sociais;

1.13 — A assinatura de correspondência ou de expediente necessário à mera instrução de processos.

2 — Ratifico, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pela chefe de divisão licenciada Maria Leopoldina Soares Pereira, no âmbito das competências abrangidas por este despacho, desde 26 de Setembro de 2005.

23 de Novembro de 2005. — O Director, *João Carlos de Jesus Filipe Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 26 287/2005 (2.ª série). — Por despacho do director nacional de 28 de Novembro de 2005, é nomeado, em comissão de serviço, nos termos dos n.ºs 2, alínea b), e 4 do artigo 62.º da Lei n.º 5/99, para o cargo de 2.º comandante do Comando de Polícia de Segurança Pública de Beja o comissário M/100218, Nuno Caetano Lopes de Barros Poiars.

29 de Novembro de 2005. — Pelo Director, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Leopoldina Pereira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 11 599/2005 (2.ª série). — O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pretende recrutar, em regime de requisição, técnicos profissionais e assistentes administrativos com vínculo à administração pública central para desempenhar funções em Cascais.